



EHEAROME2020

Comunicado Ministerial de Roma

A N E X O III



EUROPEAN
Higher Education Area



bologna
process



ITALIAN **BFUG** SECRETARIAT
2018-2020



Translated within the Erasmus+ project “[IN-GLOBAL Enhancing Knowledge of the EHEA and Global Dialogue](#)” in 2023.

The original version of the Rome Communiqué and its annexes are available on the website of the European Higher Education Area:
<https://ehea.info/page-ministerial-conference-rome-2020>



**Co-funded by
the European Union**

Funded by the European Union. Views and opinions expressed are however those of the author(s) only and do not necessarily reflect those of the European Union or the European Education and Culture Executive Agency (EACEA). Neither the European Union nor EACEA can be held responsible for them.

Recomendações às autoridades nacionais para melhorar o ensino superior

Aprender e ensinar no EEES

Preparado pelo Grupo Consultivo 2 do GAPB sobre Aprendizagem e Ensino

No Comunicado Ministerial de Paris de 2018, os Ministros anunciaram a inclusão da “cooperação em práticas inovadoras de ensino e aprendizagem como outra marca do EEES”.

Para o efeito, são propostas aos ministros e às autoridades nacionais as presentes recomendações de ação, a fim de reforçar a colaboração e a parceria no âmbito dos sistemas europeus de ensino superior e entre eles.

As recomendações respeitam plenamente os valores fundamentais do EEES, mais recentemente expressos no Comunicado de Paris de 24-25 de maio de 2018, nos seguintes termos: “A liberdade e a integridade académicas, a autonomia institucional, a participação dos estudantes e do pessoal na governança do ensino superior e a responsabilidade pública pelo ensino superior constituem a espinha dorsal do EEES.”

O contexto da crise sanitária da COVID-19 sublinha ainda mais a importância das recomendações do Grupo em vários aspetos. Particularmente relevantes são as que se referem à necessidade de inovação pedagógica e de um maior desenvolvimento da educação online e dos recursos educativos abertos, bem como as que se referem ao reforço da ligação entre a investigação educacional e o ensino.

As recomendações resumidas em seguida estão estruturadas em torno da necessidade de uma aprendizagem centrada no aluno, da melhoria do ensino e da importância primordial do diálogo nacional e internacional que envolva todas as partes interessadas. Estes três temas estão interligados e são igualmente importantes.

As recomendações sublinham também a importância crucial de reforçar os instrumentos de Bolonha, especialmente o ECTS, para indicar os resultados de aprendizagem alcançados e a respetiva carga de trabalho associada, bem como os outros compromissos fundamentais de Bolonha.

As autoridades públicas responsáveis pelo ensino superior devem comprometer-se a:

1. Tornar a aprendizagem centrada no aluno uma realidade, através de:

apoio às instituições de ensino superior nos seus esforços para iniciar ou manter um diálogo estruturado sobre a inovação e a melhoria da aprendizagem e do ensino, com a participação de estudantes, professores e partes interessadas externas relevantes. As questões abordadas devem incluir o desenvolvimento de currículos, os resultados da aprendizagem, a avaliação e a garantia de qualidade, tendo devidamente em conta as competências necessárias para enfrentar os desafios atuais e futuros da sociedade;

promoção, no âmbito dos cursos disciplinares, do desenvolvimento de soft skills e das competências necessárias ao cidadão esclarecido do século XXI, a fim de compreender os desafios de um mundo complexo e respeitar os outros e o ambiente;

exploração de formas de estimular o intercâmbio transfronteiriço de boas práticas para apoiar a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino, dando ênfase aos métodos ativos;

criação de um ambiente favorável, tanto em termos de financiamento como de regulamentação, que permita aos estabelecimentos de ensino superior adaptar a oferta educativa às necessidades dos diferentes tipos de alunos (alunos ao longo da vida, alunos a tempo parcial, alunos de grupos sub-representados e desfavorecidos) e

criar uma cultura de equidade e inclusão. Isto inclui a criação de percursos de aprendizagem flexíveis (incluindo microcredenciais) a nível institucional e nacional e em todo o EEES, e a exploração das oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais para o fazer;

incentivar e apoiar o desenvolvimento e a aplicação de estratégias e abordagens nacionais e institucionais para a educação aberta e a utilização de recursos educativos abertos;

estimular a mobilidade dos estudantes para além dos acordos pré-definidos entre universidades.

2. Promover o aperfeiçoamento contínuo do ensino, através de:

promoção da criação de equipas educativas que incluam tanto os académicos como o pessoal encarregado de os ajudar ou formar nas suas missões (equipas institucionais e/ou interinstitucionais);

apoio às instituições de ensino superior no reforço do desenvolvimento profissional contínuo (DPC) dos professores e no intercâmbio (transfronteiriço) de boas práticas. As medidas interinstitucionais de desenvolvimento do pessoal e a criação de estruturas nacionais de cooperação podem ser consideradas como formas de reforçar o DPC;

apoio às instituições de ensino superior na criação de um ambiente sustentável e favorável, a nível institucional e nacional, para a transformação, nomeadamente digital, de um ensino e aprendizagem de qualidade. Esse ambiente deve ser criado em colaboração com o pessoal responsável pelo ensino, num contexto com condições de trabalho decentes e uma carga de trabalho docente gerível, bem como oportunidades atrativas de permanência no cargo;

garantia, em colaboração com as instituições de ensino superior (que devem envolver todos os responsáveis pelo ensino), de medidas estruturais que assegurem a paridade de valorização entre o ensino e a investigação. Se necessário, os regimes de carreira académica devem ser revistos para garantir um melhor reconhecimento do ensino nas carreiras académicas;

exploração, em colaboração com as instituições de ensino superior, de formas de promover métodos de ensino novos e inovadores, com destaque para as abordagens inter e multidisciplinares, a aprendizagem e o ensino baseados na investigação, a utilização adequada da análise da aprendizagem e da educação aberta, entre outras abordagens inovadoras.

3. Reforçar a capacidade das instituições e dos sistemas de ensino superior para melhorar a aprendizagem e o ensino através de:

inclusão da melhoria da aprendizagem e do ensino nas estratégias e abordagens nacionais do ensino superior. A conceção e a aplicação de tais estratégias e abordagens devem servir de base a um diálogo estruturado e contínuo com as instituições de ensino superior e outras partes interessadas da comunidade de aprendizagem e ensino;

apoio ao desenvolvimento estratégico e à capacidade de inovação da aprendizagem e do ensino, tanto a nível nacional como institucional, através da investigação empírica no domínio da educação, de projetos e projetos-piloto, bem como da recolha e utilização de dados sobre a educação, respeitando simultaneamente a privacidade dos dados;

exploração de formas de estimular e apoiar o intercâmbio transfronteiriço de boas práticas a nível nacional e em todo o EEES, por exemplo, através de plataformas de intercâmbio e cooperação;

atribuição de financiamento e recursos adequados e estáveis, e adoção de quadros regulamentares adequados à sua finalidade, quando necessário, a fim de permitir que os estabelecimentos de ensino superior desenvolvam ambientes de ensino e aprendizagem inovadores e de elevada qualidade.

No seu próximo plano de trabalho, o Grupo de Acompanhamento de Bolonha é convidado a apoiar a aplicação das recomendações sobre a aprendizagem e o ensino, com vista a alcançar progressos conjuntos no EEES, e a apresentar um relatório sobre os resultados no âmbito do Relatório de Aplicação do Processo de Bolonha de 2024.



**Co-funded by
the European Union**

This translation is co-funded by the European Union. Views and opinions expressed are however those of the author(s) only and do not necessarily reflect those of the European Union or the European Education and Culture Executive Agency (EACEA). Neither the European Union nor EACEA can be held responsible for them.

